



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

3ª REUNIÃO DA CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE E CUIDADO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Data: 14/08/2020 – 09h30m

A 3ª reunião da Comissão da criação do COMITÊ foi realizada por videoconferência conforme as recomendações do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, com link via pelo Google Meet, encaminhado aos grupos de WhatsApp desta Comissão, pela assessora de comunicação Angélica Araújo.

PAUTA:

1. Regimento Interno;
2. Apresentação do Ideário Consultoria;
3. Participação da SEPLAG;
4. Estabelecimento de prazos;
5. Informes gerais.

Participantes: *Armindo Nascimento Pessoa – Presidente do COMDICA (Lar Presbiteriano Vale do Senhor), Ana Maria de Farias Lira – Vice-Presidente do COMDICA (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Paulo Germano de Frias – Conselheiro do COMDICA (Secretaria de Saúde), Eduardo Paysan Gomes – Conselheiro do COMDICA (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Andrea Ricardo de Castro do COMDICA (Secretaria de Educação) Hemi Vilas Bôas – Conselheira do COMDICA (CIEE), Vanessa Karla Souza Pessoa (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Janaina Ramos da Silva (Centro de Referência Direitos Humanos – Margarida Alves), Clécia Regina Marinho (Secretaria de Educação – Escola que Protege), Thalles Pitter Gomes da Silva (Conselho Tutelar da RPA 01), Ozeias Paulo da Silva (Conselho Tutelar RPA 03 B), Paulo Ricardo de Oliveira (Conselho Tutelar RPA 06 A), Ada Helena Melo Rodrigues da Silva (Conselho Tutelar RPA 06 B), Dra. Cláudia Jane Vasconcelos Albuquerque e Dra. Patrícia Barbosa Leão (OAB/PE), Maria de Lourdes de Sousa e Pedro Henrique Soares Ribeiro (Fórum DCA Recife), Kátia Alves Pintor (CENDHEC), Eveline de Fátima Catão Monteiro e Rita de Cassia Ursulino Freire (Instituto de Medicina Legal Antonio Persivo Cunha – IMPLAC), Augusto Lepre de Souza (UNICEF), Tanany Frederico dos Reis (1ª e 2ª VCCCA), Carlos Bruno Guimarães Rosa (Visão Mundial); Priscila Viegas Barreto de Oliveira (Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMPAD), Maria Thereza Antunes (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência- COMUD), Fábica Cristina Andrade da Silva e Issac Machado de Oliveira (Conselho Municipal de Saúde – CMS), Anderson Rafael Lima da Silva (Escola de Conselhos), Adriana Duarte de Araújo (Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em PE); Alessandra de Lima Araújo (Diretoria Executiva de Vigilância a Saúde do Recife); Daniella Carvalho (Centro Sony Santos); Deila Martins (GAJOP); Josinês Barbosa Rabelo (CERCCA); Vanja de Melo Cintra Valença (IMIP); Kátia Simone Alves Pintor (CENDHEC); Paulo Fernando da Silva e Maria Thereza Antunes (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência-COMUD); Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos (Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente – DPCA); Carlos Bruno Guimarães Rosas (Visão Mundial). **Convidados/as:** Déborah Aranha e Nara Menezes (Ideário Consultoria). **Técnicos:** Angélica Araújo, Luiz Eduardo (Comunicação), Roberta Sartori, Aurely Macedo, e Anderson Ferreira (Sociopedagógico); Simone Melo (Secretária Executiva).*



Apresentações

Esta foi à terceira reunião do Comitê de Gestão Colegiada da Rede e Cuidado de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de violência na modalidade online pela plataforma Google Meet com abertura de sala virtual por Angélica Araújo (assessora de comunicação/COMDICA), tendo início às 09h35min. A abertura da reunião foi realizada pelo Presidente do COMDICA Armindo Nascimento, dando as boas vindas e solicitando uma apresentação rápida dos participantes da reunião. O Presidente do COMDICA passa a palavra para à técnica Roberta Sartori, para assim dá início a apresentação e informar que tem uma proposta de pauta, que em caso de necessidade, podem fazer acréscimos na mesma solicitando a todas/os que mantenham o microfone desligado enquanto não estiverem falando para que evite ruído e/ou interferência nas falas e que em caso de necessidade de fala, colocar no chat, que a mesma fará a inscrição. Informa ainda, que será a técnica responsável pelo acompanhamento deste Comitê e que ao final de cada reunião haverá a sistematização que será encaminhada para todas/os membros para que seja feita a leitura. Havendo necessidade de acréscimo ou supressão no texto, sinalizar por e-mail, para que sejam feitos os ajustes necessários, e informa que toda a reunião está sendo gravada por vídeo e imagem, além dos registros do que está sendo colocado no chat.

Sr. Armindo Presidente do COMDICA informa que terá uma pauta para ser seguida, e que estão presentes na reunião representantes do Ideário Consultoria, onde será apresentando pelo conselheiro Eduardo Paysan, pois os mesmos estão com um tempo curto, e querem tirar o máximo de proveito do tempo com o Comitê.

Eduardo Paysan relata que na reunião passada foi discutida a apresentação ou realização de um diagnóstico, com o objetivo de apresentar dados. Como este é um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência, dentre tantas a mais recorrente é a violência sexual de crianças e adolescentes. Ele informa também que houve uma parceria, onde foi lançado recentemente um trabalho em parceria com a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Pernambuco, a Gerência da Criança e do Adolescente e com várias instituições, onde foi construída uma pesquisa que resultou em um relatório, com inúmeras estimativas, o qual foi disponibilizado através do grupo de whatsapp e pelo e-mail para os membros do Comitê, que foi elaborado pelas consultoras do Ideário Consultoria. O mesmo passa a palavra para Débora da Ideário Consultoria.

Sra. Débora Aranha representante da Ideário Consultoria demonstra a sua gratidão por ter recebido o convite para apresentar os dados da pesquisa, e questiona o tempo da apresentação, tendo em vista da reunião possuir uma extensa pauta, sendo sugerido por Eduardo Paysan que a apresentação seja feita em torno de 1h.

Déborah Aranha pede para que a Sra. Nara Menezes também representante do Ideário Consultoria faça uma breve explanação sobre o Ideário e logo em seguida falará sobre a pesquisa.

Sra. Nara Menezes, agradece em nome do Ideário a todo grupo, ela diz que é sempre bom essa oportunidade de estar apresentando esses dados e contribuindo com a pesquisa que é sobre o tema proteção, o qual engloba todas as questões ligadas ao enfrentamento da violência. A Ideário é formada por um grupo somente de mulheres que tem uma trajetória em Centros de Defesa, ONG'S dentro da rede de proteção e a cooperação internacional. É um grupo interessado na defesa de direitos humanos, em especial a criança, adolescente e mulheres, entendendo como uma população vulnerabilizada que corre mais riscos de violência. O Ideário possui uma trajetória de muitas parcerias tanto na América Latina como Internacional, que financiam e são parceiras no desenvolvimento de programas no Brasil. No tempo atual, estão trabalhando fortemente em pesquisas, diagnósticos, linha de base na área de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, é uma linha de pesquisa delas, Nara Menezes e Déborah Aranha possuem uma longa trajetória nessa área. Começaram a fazer algumas pesquisas, participaram de investigações regionais, linha de base e com isso veio um convite de trabalho com a Fundação Lucy Faithfull, a qual é uma fundação dedicada, especialmente a entender, combater e disponibilizar instrumentos para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

adolescentes. A parceira entre o Ideário e a Fundação Lucy Faithfull já está sendo desenvolvida há algum tempo, tiveram essa oportunidade, relata que são pessoas extremamente competentes e possuem uma longa trajetória de trabalho, é uma equipe muito comprometida, e estão nessa jornada desenvolvendo a pesquisa, focando no abuso, na exploração sexual, no qual em seguida Déborah Aranha apresentará os dados referentes à Pernambuco. Alguns membros do Comitê tiveram a oportunidade de participar da Webnar, que foi promovido há pouco tempo, onde foram disponibilizados os materiais. Será disponibilizado no site do Ideário o link para download: www.idearioconsult.com.

Déborah Aranha menciona que Fundação Lucy Faithfull, esta localizada no Reino Unido é especializada na prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes, sendo a única fundação especialista nesse tema onde está localizada. A Fundação tem feito pesquisa no mundo inteiro para saber quais são as estratégias mais efetivas para a prevenção do abuso sexual. Há cerca de 02 (dois) anos a fundação vem fazendo visitas técnicas aqui em Recife, promovendo missões com objetivo de fortalecer as estratégias de prevenção ao abuso sexual na região de Recife – Pernambuco. Cita também que qualquer estratégia, inclusive, a de prevenção deve ser baseada em dados, informações, em um retrato da realidade. Portanto a Fundação Lucy Faithfull solicitou que fizesse um levantamento, uma pesquisa sobre o que se sabe hoje com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes aqui na cidade de Recife e no Estado de Pernambuco. Será feita uma apresentação sobre os achados dessa pesquisa. No primeiro slide mostra que a pesquisa possui 03 (três) objetivos: o primeiro é entender o que se sabe nos dias de hoje sobre os abusos de crianças e adolescentes em Recife e no Estado de Pernambuco, segundo entender quais são as lacunas nos dados (o que não sabemos) e quais pesquisas são necessárias e, por fim, o que está sendo feito na rede de enfrentamento e como fortalecer as estratégias de prevenção. Menciona ainda que no segundo slide a primeira coisa que se depara é a questão da estimativa da dimensão da violência sexual, fala-se muito em números no Brasil que variam de 100 a 500 mil casos de violência sexual contra criança e adolescente. Estas estimativas são muitos frágeis, mas possuem alguns números que hoje são conhecidos, a exemplo, os números de estupros no Brasil que é de 500 mil por ano e que cerca de 70% dessas vítimas são crianças e adolescentes, que são dados do ano de 2018 do Atlas da Violência. Existe uma estimativa que 10% dos estupros são reportados à polícia. Sendo através dessas estimativas que menos de 10% desses estupros são reportados é que chegam a uma estimativa de 500 mil casos de estupros por ano no Brasil. Ainda no segundo slide relata que outras pesquisas têm apontado que somente 7,5% das pessoas que sofreram ofensas sexuais no Brasil notificaram a polícia, o que confirma essa subnotificação que é bastante alta, menos de 2% dos casos chegam a polícia. O terceiro slide se refere aos dados de Pernambuco, onde apresenta uma estimativa de 02 (dois) mil casos de estupro por ano denunciados à polícia. Informa ainda que, de acordo com as pesquisas de vitimização que temos no Brasil, há uma taxa de notificação de 8,2% desses estupros em Pernambuco, logo significa que se 2.000 (dois mil) casos estão sendo reportados à polícia, conseqüentemente irá ter 24.000 (vinte e quatro mil) vítimas de estupros por ano em Pernambuco, isso seria 5.000 (cinco mil), somente na cidade de Recife. De acordo com o Sistema de Saúde, das notificações no SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação 63% dessas vítimas são crianças e adolescentes no Estado e mais da metade na cidade do Recife. Essas são estimativas que nos permitem ter uma dimensão da violência sexual contra a criança e adolescente do Brasil e no Estado de Pernambuco, onde é bem maior do que se chega para os órgãos de registro. O terceiro slide trata sobre os registros que chegam para os órgãos com relação a diferentes sistemas, e que os registros têm chegado para a polícia. No sistema INFOPOL em 2018, a exemplo, foram 1.981 (mil novecentos e oitenta e uma) denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Em segundo lugar, variados os registros entre os CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e a Saúde que é o SINAN. Logo, em 2018, tiveram 1.300 (mil e trezentos) casos, nos CREAS e 1.500 (mil e quinhentos) casos, no SINAN. E, por fim, as denúncias ao Dique 100, que já compõe uma quantidade bem menor em relação ao que está chegando



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS
efetivamente para a própria Rede de Atendimento aos casos de Violência Sexual. Sendo assim, percebe-se que a maioria dos registros acontece na região metropolitana do Recife. O quarto slide trata-se das estimativas

específicas na cidade do Recife, onde as notificações nas bases criminais no ano de 2018 tiveram 309 (trezentos e nove) denúncias e crimes sexuais contra criança e adolescente, mas a Saúde – Recife possui uma alta notificação por ser um polo pra região metropolitana e com isso acaba recebendo um número maior de notificação de outras cidades, por esse motivo apresenta um número bem maior de notificações, pois são feitas nas unidades de saúde em Recife. O quinto slide demonstra que os processos no Tribunal da Justiça, nas Varas de Crimes contra criança e adolescente apresentam um aumento nas sentenças registradas e dessas sentenças registradas 70% desses casos resultou em condenação. Porém, muitos casos estão prescrevendo, ou o acusado faleceu ou foi absolvido, o que faz com que a pesquisa não apresente duração do tempo, por serem muito longos os julgamentos desses processos. Sexto slide refere-se à natureza da violência sexual, onde a maioria dos casos na saúde tem sido registrado como estupro, sendo este o principal tipo de violência sexual. Nos relatos referentes aos dados da polícia apontam estupro de vulnerável por violência doméstica – familiar; crianças e adolescentes que estão na faixa etária de até 14 anos de idade, depois perfaz a grande maioria dos casos, seguidos de outros crimes tipificados como estupro. Relata ainda, que a exploração sexual aparece muito pouco, em menos de 1% dos casos, em Pernambuco temos 0,4% dos casos, 0,2% em Recife. No ponto de vista do enfrentamento da segurança pública, há muito pouco esse crime da exploração sexual sendo denunciado. A exploração sexual irá aparecer em um número um pouco maior dentro da assistência social. No ano de 2018, houve 145 (cento e quarenta e cinco) casos. No sétimo slide relata sobre o perfil dessas crianças e dos adolescentes que são vítimas de violência sexual, o que se percebe nas diferentes fontes de registro, uma concentração na faixa etária dos 05 aos 14 anos de idade, apresentaram poucos casos, mas existem casos de bebês até 01 ano de idade, em seguida cerca de 13% a 15% dos casos até 04 anos de idade, dando um intervalo dos 05 aos 09 anos de idade onde possui uma quantidade maior de registro que chega a 17% a 18% na saúde e uma concentração bastante grande na faixa de 10 a 14 anos com 44% dos casos e os demais 20% dos casos de 15 a 29 anos de idade envolvendo adolescentes. Percebe-se que os casos que envolvem adolescentes estão relacionados à exploração sexual e os casos que envolvam crianças estão mais relacionados ao abuso sexual. No oitavo slide foi apontada a estimativa da violência de gênero, onde as meninas sofrem mais que os meninos, apontado pelo disque 100 que apresentam alguns registros de identidade sexual. No nono slide tratou-se sobre a raça/etnia onde os afro-descendentes sofrem maior violência e que, também, acometem mais vítimas com algum tipo transtorno e deficiências intelectuais. No décimo slide mostra onde as ocorrências e violências acontecem segundo os registros da base de dados criminal, têm ocorrido principalmente nas residências da vítima como na casa do acusado chegando a média 73%, da violência sexual, que ocorre principalmente dentro da casa da vítima, por isto que se chama atenção para o momento de isolamento social, devido ao risco que está aumentando a violência sexual, por ocorrer dentro de casa e em situação de silenciamento desta vítima em seguida em via pública em torno de 10% em Pernambuco e em Recife 6,5% de violência sexual. No décimo primeiro slide apontou-se o mapeamento em relação á bairros que foram levantados, onde aponta uma incidência de violência sexual maior nos bairros do Distrito Sanitário II e III, também com um levantamento recente do Ministério Público que aponta também o bairro do Ibura. No décimo segundo slide foi apresentado o vínculo do autor com a vítima, mostrando o perfil do agressor, cuja faixa etária de 0 aos 14 anos entre crianças e adolescentes, apontando que, geralmente, é uma pessoa próxima ou conhecida da vítima que comete a violência sexual. Encerrada a apresentação, Déborah Aranha passa a palavra para Nara Menezes.

Dando sequência as apresentações, Nara Menezes aponta que no décimo terceiro slide mostra-se os desafios enfrentados fazendo uma escuta com pessoas que trabalham diretamente e indiretamente nessa área. Durante a escuta, foram apontadas algumas dificuldades, tais como: os cortes no investimento público, na área da criança; dificuldade de discutir educação sexual nas escolas, desestruturação dos serviços de prevenção e



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

atenção, falta de diagnóstico local e um estudo de prevalência confiável e ausência de um banco de dados integrado, grande rotatividade dos/as profissionais e ausência de investimento em formação continuada, dificuldade de realizar uma gestão do Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), atendimento social,

psicológico e jurídico integrado e indisponível as vítimas, agressores e famílias e o enfraquecimento e extinção de conselhos, fóruns, comitês, comissões de controle de políticas públicas, que, em conjunto, são as maiores dificuldades e desafios. No décimo quarto slide foram apontadas as conclusões e recomendações, que são: Investir em linhas de base, diagnósticos, bancos de dados, monitoramento e avaliações de impacto, relatórios analíticos anuais; Implementações de programas e projetos de autoproteção (em escolas e outros espaços); Desenvolver debate sobre novas masculinidades com os meninos; envolver escola e família, para saberem como identificar e encaminhar casos; formação continuada para operadores do SGD; Ter um fluxograma do atendimento funcionando adequadamente; Modernização de olhares, pesquisas de novas linguagens; inclusão da tecnologia nas ações preventivas; Adaptar soluções baseadas em evidências de outros lugares.

Déborah Aranha informa que toda a pesquisa está disponível no site do Ideário Consultoria e da Fundação Lucy Faithfull, onde foram analisados dados a nível Brasil e toda série histórica desde 2011 até 2018. A Fundação Lucy Faithfull pretende continuar o processo de apoio técnico às instituições de toda rede de Recife e Pernambuco, numa perspectiva de continuar o fortalecimento da estratégia de prevenção.

Andrea Castro (Conselheira do COMDICA) parabeniza a pesquisa por ser de grande importância para que se possa identificar a problemática e atuar em cima, fazendo as seguintes perguntas: Qual o quantitativo de adolescentes e famílias que foram mapeadas na pesquisa de vocês e o tempo da pesquisa? A pesquisa foi bibliográfica?

Déborah Aranha coloca que a pesquisa foi realizada através dos registros oficiais da Saúde, na Assistência Social e Segurança Pública. E diz ainda que foi uma pesquisa a partir de dados secundários. Além dos dados das instituições que foram coletados dos anos de 2011 a 2018, sendo a pesquisa realizada no ano de 2019, e referente à cidade do Recife, foi trabalhado através dos anos de 2016 a 2018.

Paulo Fernando representante do COMUD faz um agradecimento por proporcionar este momento, parabenizou o grupo que trabalhou em cima da pesquisa, que traz dados sobre pessoas com deficiências, principalmente para todos que militam nessa área, sendo identificados os números de pessoas com deficiências que sofrem violências sexuais e faz a seguinte pergunta: Em relação a essas denúncias, quem é que geralmente faz essas denúncias? Como exemplo citou que, geralmente, o que mais se enfrenta em relação à pessoa com deficiência é dificuldade de acessibilidade, é uma pessoa surda que não tem a comunicação em LIBRAS, ou com deficiência física que enfrenta as barreiras arquitetônicas, deficientes visuais e intelectuais. Pergunta ainda quem é que faz e de onde vieram essas denúncias em relação a pessoas com deficiência? E coloca para os demais participantes como proposta focar no tema específico em relação à deficiência para uma possível formação.

Nara Menezes reforça que o grupo de pessoas com deficiências, principalmente crianças e adolescentes, é um dos grupos mais invisibilizados em relação a políticas públicas e a dados em relação à violência sexual, é um dos grupos mais afetados e o grupo que mais está fora das escolas do Brasil. É realmente necessário que tenha uma estratégia de prevenção que compreenda prioritariamente esse grupo.

Déborah Aranha concordou com a colocação de Paulo Fernando confirmando a vulnerabilidade maior desse grupo de crianças com deficiências. A mesma traz uma reflexão sobre a questão da denúncia quem interrompe este ciclo de vitimização, até porque a maioria dos abusos que temos visto nos dados eles ocorrem de uma forma repetitiva. Para interromper este ciclo, geralmente, é necessário que exista um adulto que observe e consiga identificar esses sinais de violência, a exemplo os professores nas escolas. Na pesquisa, não foi feito um aprofundamento no perfil de quem faz a denúncia, mas é uma das coisas que têm sido discutidas na rede, justamente o papel do próprio professor da escola nesse processo da denúncia.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Paulo Frias (Conselheiro do COMDICA) faz a seguinte pergunta através chat: Ao se referir as regiões de Recife e aos Distritos Sanitários I e II não se considerou ainda a divisão do antigo Distrito Sanitário III ser subdividido em O antigo DS III (que coincidia com a RPA III) foi subdividido nos DS III e DS VII. O antigo DS VI (que coincidia com a RPA VI) foi subdividido nos DS VI e DS VIII.

O mencionado como DS III na realidade agora são os DS III e DS VII. Os piores indicadores se concentram no DS VII e DS VIII.

Leituras que desconsiderem esta divisão tendem a achar que os atuais DS III e DS VI são os piores indicadores.

Os demais DS I, II, IV e V permanecem coincidindo o DS com a RPA. Déborah Aranha relata que essa distribuição dos Distritos Sanitários na verdade vem de um artigo que foi publicado, a Ideário não fez esse levantamento diretamente, apenas cita o artigo dessa pesquisa anterior. É uma pesquisa antiga, mas é a única pesquisa que elas encontraram que tinha alguma distribuição geográfica dos casos, e sim foi baseado nos dados da saúde.

Adriana Duarte relata que a pesquisa traz um olhar dessa situação, dentro do universo das instituições que foram ouvidas e fazem parte da Rede de Enfretamento, uma relação muito particular com a violência sexual acreditando que os dados da pesquisa ajudam a perceber que a intervenção muitas vezes tratada na rede de assistência, na rede jurídica, trazendo os gargalos. Fazendo uma síntese sobre a reunião passada, quando o Eduardo Paysan tratou sobre a questão do olhar da rede de enfretamento para essa contribuição e se observa essa intervenção direta na situação da violência sexual, acredita que isso provoque uma necessidade de criar um olhar mais aprofundando para algumas situações que este comitê irá se debruçar. A mesma relata um caso na Cidade de Surubim, onde uma adolescente foi torturada pela polícia para que delatasse um circuito de tráfico de drogas que eram também adolescentes, os meninos foram exterminados, a adolescente como testemunha deveria ter sido apoiada, acolhida e logo foi encaminhada para o sistema de acolhimento, como é de saber faltou aquele recorte que é dado, ou seja, a proteção de testemunhas. A mesma expõe que esta pesquisa ajuda a ver a necessidade de lançar uma lupa em outras áreas para que possa ser feito a escala da vulnerabilidade, sobretudo na cidade do Recife. E Finaliza com uma pergunta: Como estão os outros setores, que não são setores específicos, como eles estão? Para que possa ser feito um mapeamento desses outros setores como foi falado na reunião passada e que se possa escalonar, pois são muitas violações.

Déborah Aranha complementa a pergunta feita pela Conselheira Andréa Castro sobre números de crianças e adolescentes, ela traz novamente um recorte da cidade do Recife, cujo foram apresentados dados de casos em Recife no ano de 2018 que foi encontrado 309 (trezentos e nove) crimes sexuais contra crianças e adolescentes denunciados à polícia. Mas, um ponto que chama atenção no relatório é que esses 309 (trezentos e nove) crimes sexuais são apenas os que chegam para as instituições, entretanto o que elas têm hoje de pesquisa de vitimização no Brasil são para a população acima de 16 anos de idade e que não tem pesquisas de vitimização para idades abaixo de 16 anos para que possa dar um panorama do percentual de vítimas com crianças e adolescentes. Porém a vitimização acima de 16 anos, se tem um percentual de 7% a 8% de violências sexuais cometidas a crianças e adolescentes elas são denunciadas à polícia. Logo, o quantitativo de 309 (trezentos e nove) crimes que ocorrem no Recife, a sua dimensão real seria em torno de 13 vezes mais, se for considerado o que diz as pesquisas de vitimização passadas.

Nara Menezes faz um complemento da fala de Déborah Aranha dizendo que a subnotificação é algo muito sério para a área que se trabalha, ou seja, elas trabalham com a ponta do iceberg sempre. Pois, é difícil estruturar o sistema de notificação, para que possa possuir bancos de dados integrados, informações compartilhadas e se pensar no fluxograma, que não consegue a efetivação. A mesma acredita ser uma discussão prioritária para todas as instâncias, pois trabalham em cima de dados confiáveis, colhendo informações de sistemas oficiais de notificação. Em contrapartida ficam trabalhando apenas na superfície na maioria dos casos. Um outro aspecto seria a escuta de fato e que possam ser implementados mecanismos de



espaços de escuta para as crianças e adolescentes, divulgando a participação das crianças e adolescentes e adquirindo a confiabilidade que se deve ter quando uma criança ou adolescente faz uma denúncia seja em qualquer instância. Isso é fundamental, a mesma relata que temos uma visão adultocêntrica, são adultos respondendo pelos seus interesses e não se faz essa escuta com qualidade. Existem várias organizações que lidam com esse público-alvo diretamente, possuindo metodologias e que essas metodologias devem ser compartilhadas, para que se possa ter parte da solução do problema, vinda também do pensamento e ideias de quem sofreu a violência prioritariamente. A mesma faz menção a campanhas, pois alguns adultos não acreditam nelas quando vão fazer a denúncia, isso tem a ver com machismo, uma sociedade que não acredita em suas crianças e adolescentes, principalmente nas meninas. É uma questão de preconceito, autoritarismo, questões de gêneros, dentre outros. A subnotificação será enfrentada quando se olhar de frente, o que se é arrecadado de coleta de dados em um relatório como esse e que a estimativa é 13 (treze) vezes mais o número. Tanany Reis representante da 1ª e 2ª VCCCA, expressa sua gratidão e informa que a pesquisa chamou sua atenção na questão: a necessidade de não perder de vista o recurso público, pois não se trata somente de algo metodológico, para organizar um fundo de atendimento, como se pode organizar um fundo de atendimento sem que de fato as organizações elas estejam fortalecidas. A outra questão que foi levantada é o retrocesso, essa onda conservadora que atinge diretamente nas possibilidades de discutir tanto a prevenção, uma prevenção primária, quanto as estratégias de alta proteção desse sujeito, mencionando o decreto que regulamenta a Lei nº 13.431, em seu art. 9º. E por fim, ressalta que há uma preocupação com a questão da política, no ponto de vista da sustentação econômico-financeira dessas políticas, conteúdo ético que sustenta essas políticas, quais são os valores, princípios que irão nortear essa proteção?

Maria Thereza representante do COMUD relata que nos anos de 2006 a 2008 tiveram um trabalho, uma pesquisa em conjunto com a Secretária de Direitos Humanos, onde foi feito um curso de capacitação na cidade do Recife e, logo após, foi feita uma pesquisa sobre a Portaria Ministerial nº 737 do ano de 2002, que institui a Política Nacional de Redução de Morbidade. Por fim, foi levantada a sua pergunta: Vocês sabem a porcentagem de pessoas com deficiência intelectual que estão nas suas estatísticas?

Nana Menezes relata que se tem uma pauta a seguir, mas está disponível para responder a todos os questionamentos através de e-mail, whatsapp.

Eduardo Paysan faz os agradecimentos a Déborah Aranha e a Nara Menezes do Ideário Consultoria, pela sua disponibilidade e seus empenhos na pesquisa. Ele informa também que foram deixados os e-mails e números de telefones do Ideário Consultoria para responder as perguntas e questionamentos que surgirem.

Déborah Aranha responde ao questionamento de Maria Thereza informando que o achado da pesquisa apresentou 6% das vítimas que apresentou algum tipo de transtorno ou deficiência e dessas 1/3 de deficiência mental.

Armindo Pessoa agradece a participação da Sra. Déborah Aranha e Nara Menezes do Ideário Consultoria.

Paulo Fernando Traz uma reflexão sobre os dados apresentados para que se fortaleça as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiências e uma ampliação dessas políticas públicas, a exemplo foi citado à implementação de residências inclusivas. Para que o comitê trabalhe na ampliação e fortalecimento de políticas públicas voltadas para crianças e adolescente com deficiências.

Carlos Bruno representante da Visão Mundial faz destaque da importância de levar essas discussões para dentro do ambiente escolar, bem como levar essas informações para os gestores, coordenadores pedagógicos, professores para que assim, possa trabalhar a questão da prevenção e da subnotificação que às vezes é causada pelo medo de denunciar.

Dando seguimento a pauta Armindo Pessoa informa que o próximo ponto é o Regimento Interno, através de um contato feito por Augusto Souza representante da UNICEF, com o Sr. Michel de Farias Secretário de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista/BA, que disponibilizou o modelo de Decreto e Plano de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Trabalho para que sirva de base na construção do Regimento Interno deste Comitê. Estes documentos foram encaminhados através de e-mail para todos os membros.

Diante da articulação feita por Augusto Souza, para que a Secretaria de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista participasse desta reunião, com o intuito de esclarecer dúvidas do tocante à construção. No entanto, não havia a possibilidade, mas ficou acordada a participação para a reunião do dia 21/08, mas que o COMDICA formalizasse através de ofício e encaminhado por e-mail. No dia 12/08 o COMDICA encaminhou o ofício nº 281, onde foi acusado o recebimento do mesmo, e confirmando a participação do Sr. Michael de Farias.

Roberta Sartori passa a palavra para o Sr. Augusto Souza, que informa que foi bem rápida a resposta do Secretário de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista/BA, que rapidamente compartilhou os documentos e que podem servir de inspiração em relação ao que se tem falado no comitê.

Issac Machado representante do Conselho Municipal de Saúde relata que foi tirado da comissão para acompanhar esse regimento, e sugere que forme um grupo dessas pessoas que foram tiradas, para que se possa socializar esse regimento, pois foi retirado no pleno de alguns nomes como: Fabia e seu nome, para fazer parte dessa construção desse regimento. E por fim, a sua sugestão é que se forme um grupo para socializar e ficar por dentro da situação.

Roberta Sartori concorda com a fala do Sr. Isaac, em relação à retirada dos nomes e informa também que foram colocados outros nomes. Informa ainda que Vesta Pires conselheira do COMDICA fará parte desta comissão do Regimento Interno, pois ela precisou sair antes do encerramento da reunião passada. Diante disso, em relação à marcação e a criação do grupo Eduardo Paysan estava à espera dessa apresentação formal do Secretário de Vitória da Conquista/BA para que assim pudessem construir, fazendo parte deste GT: COMPAD, Conselho Municipal de Saúde, as Conselheiras do COMDICA Hemi Vilas Bôas e Vesta Pires. É informado também que podem se organizar entre eles, se houver necessidade, ou aguardar a próxima reunião com a presença do Sr. Michael Farias e posteriormente marcarem a primeira reunião.

Isaac Machado sugere que poderia ter um encontro antes, para se apropriar e viabilizar a construção desse Regimento e que a fala do Sr. Michael de Farias servirá para embasar.

A técnica Roberta Sartori informa que está à disposição para marcar outra reunião, mandará um e-mail para quem irá compor, que nesse caso será o Conselho Municipal de Saúde e as Conselheiras Hemi Vilas Bôas e Vesta Pires.

Isaac Machado sugere que nesta semana faça uma reunião, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde.

A conselheira Hemi Vilas Bôas sugere que seja feita essa reunião na próxima segunda-feira dia 17/08/2020.

Roberta Sartori faz uma observação que tem que verificar a agenda de reunião do COMDICA, pois a equipe de comunicação não consegue abrir 02 (duas) salas de reunião no aplicativo Google Meet, simultaneamente.

Isaac Machado informa que entrará em contato com Fábica Cristina do Conselho Municipal de Saúde informando que a reunião do regimento será no dia 17/08/2020, às 9h.

Roberta Sartori informa que comunicará a Conselheira Vesta Pires e passará um e-mail e uma mensagem no grupo do whatsapp informando que terá reunião do regimento no dia 17/08/2020 (segunda – feira), às 9h, no aplicativo Google Meet.

Armindo Pessoa do COMDICA delibera que, na segunda-feira dia 17/08/2020, às 9h, terá reunião do regimento.

Roberta Sartori da continuidade a pauta, informa que na reunião passada Ana Farias conselheira do COMDICA colocou para o grupo a experiência que se teve na construção do Plano Municipal da Primeira Infância, na coleta de dados, que foi realizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). E ficou acordado de vir uma pessoa da Secretaria para fazer parte desta reunião para explicar como foi e nos ajudar de certa forma como construir. Porém a Ana Farias teve que se ausentar da reunião, mas deixou uma mensagem no grupo pelo aplicativo whatsapp que um técnico iria entrar na reunião. Como não houve a participação do



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS
técnico da SEPLAG, Roberta Sartori entrará em contato com Ana Farias, para que o técnico entre na próxima reunião que ocorrerá no dia 21/08/2020.

Roberta Sartori informa que, o próximo ponto da pauta é os materiais e também o grupo que irá trabalhar sobre fluxo e gargalos.

Eduardo Paysan relata que foi registrado na última ata que as instituições que se dispuseram nesse grupo para tratar sobre fluxos e gargalos. Temos o CENDHEC, DPCA, a Rede de Enfretamento, CERCCA, Gerência da Criança e do Adolescente/COMDICA, CRIAR, CREAMS, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Saúde, IMIP. Ele informa que o conteúdo presente na Cartilha do Conselho Nacional do Ministério Público, no final da cartilha tem uma proposta de fluxo e se ver com o que tem na realidade do Recife e é um processo que deve ser aprimorado, sugerindo que se faça uma reunião, o quanto antes, para a discussão dos fluxos.

Paulo Fernando pergunta se há possibilidade de ter mais alguém para contribuir nesse grupo e o mesmo se indica para participação e colaboração.

Isaac Machado relembra que o Conselho de Direitos Humanos irá se reunir à tarde para escolher seus dois representantes para poder participar do comitê. Adriana Duarte pontua que, é importante pensar o objetivo da comissão, com o olhar mais geral dos fluxos que vamos nos atentar e quais situações de violação e fazer um levantamento do que esse comitê está pensando que seria essa violação e pensar em fluxos bem direcionados. Lembra ainda que na ocasião da copa do mundo 05 (cinco) redes nacionais trouxeram a discussão sobre os fluxos que precisavam ser fortalecidos por ocasião da copa e construídos fluxos Municipais, onde o de Recife que foi um trabalho de seis meses sendo muito positivo. Sugere um olhar para esses fluxos que foram construídos na ocasião da copa do mundo no programa nacional.

Eduardo Paysan concorda com a fala de Adriana Duarte e propõe uma reunião para quarta-feira pela manhã. Katia Pintor ressalta a dificuldade de acompanhar duas reuniões semanais e sugere que seja estabelecida uma pauta geral para está nas sextas-feiras ou dividir o tempo e poder encaminhar em duas formas: tanto no ponto de vista coletivo como também o trabalho em grupo na própria sexta feira mesmo que seja necessário marcar uma sexta somente para o subgrupo.

Deliberações:

- Reunião do GT do Regimento Interno dia 17/08/2020, às 09h, pela plataforma Google Meet;
- As reuniões do Comitê, a partir do dia 04/09/2020, passarão a ser quinzenais;
- Reunião dos GT'S do Regimento Interno e Fluxos e Gargalos ocorrerão, quinzenalmente, a partir do dia 28/08/2019, sendo:
 - Regimento Interno, no horário das 09h00min às 10h30min;
 - Fluxos e Gargalos, no horário das 10h30min às 12h00min.
- No GT de Fluxos e Gargalos, incluir as representações do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – COMUD e Conselho Municipal de Direitos Humanos;
- Próxima reunião dia 21/08/2020, participação do Sr. Michael Farias – Secretário de Desenvolvimento Social-Vitória da Conquista/BA e de um técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão -SEPLAG.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

INFORMES:

- * Sr. Armindo (PRESIDENTE DO COMDICA) comunica que o técnico Luiz Eduardo será o responsável pelas atas e a disponibilização a todos e-mail's;
- * Roberta Sartori reforça que a sistematização da ata será feita através da escuta do áudio, chat e anotações;
- * Confirmação do recebimento da ata, além de sinalizar através do e-mail, em caso de acréscimo e/ou supressão;

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião, às 11h58min

Reunião com arquivo de imagem/áudio.

Relatoria: Luiz Eduardo
Assessoria de Comunicação

Técnica responsável: Roberta Sartori
Equipe técnica Sociopedagógica

18/08/2020